

Governo vai ajustar economia

Idéia é cortar gastos, transferir atribuições e vender empresas estatais

NELSON TORREÃO
e LUCIANO SUASSUNA

BRASÍLIA — Seja qual for o resultado da reunião de amanhã, convocada para ajustar o rumo da política econômica, algumas medidas já estão decididas. O governo vai continuar cortando seus gastos e ainda pretende transferir atribuições a Estados e municípios, numa espécie de reedição da operação desmonte tentada pelo governo anterior. Além disso, vai acelerar a abertura comercial e a privatização de empresas estatais. A grande novidade, porém, parece estar na direção da retomada de investimentos privados para reduzir os efeitos da recessão.

O governo vai manter o aperto das contas do Tesouro e decidiu liberar dinheiro apenas para as despesas inadiáveis, até que o presidente Fernando Collor sancione o orçamento aprovado pelo Congresso. Pela lei, todos os órgãos federais poderiam gastar, até a sanção, 1/12 das dotações previstas na proposta original do Executivo, mas apenas a Polícia Federal, o Departamento da Receita Federal e a Presidência da República terão essas verbas liberadas imediatamente. Os outros órgãos do governo devem começar 1991 com o dinheiro que sobrou de 1990. Depois da sanção, decretos presidenciais condicionarão a liberação à efetiva entrada dos recursos no Tesouro e determinarão um corte de 10% do valor programado.

Até o dia 15 o governo anunciará o programa de redução das tarifas

de importação de 13 mil itens. O programa abrangerá todos os produtos importados pelo País e a redução será gradual, até o final do mandato do presidente Collor. A menor tarifa será zero, a maior, de 40% e a mais comum, de 20%.

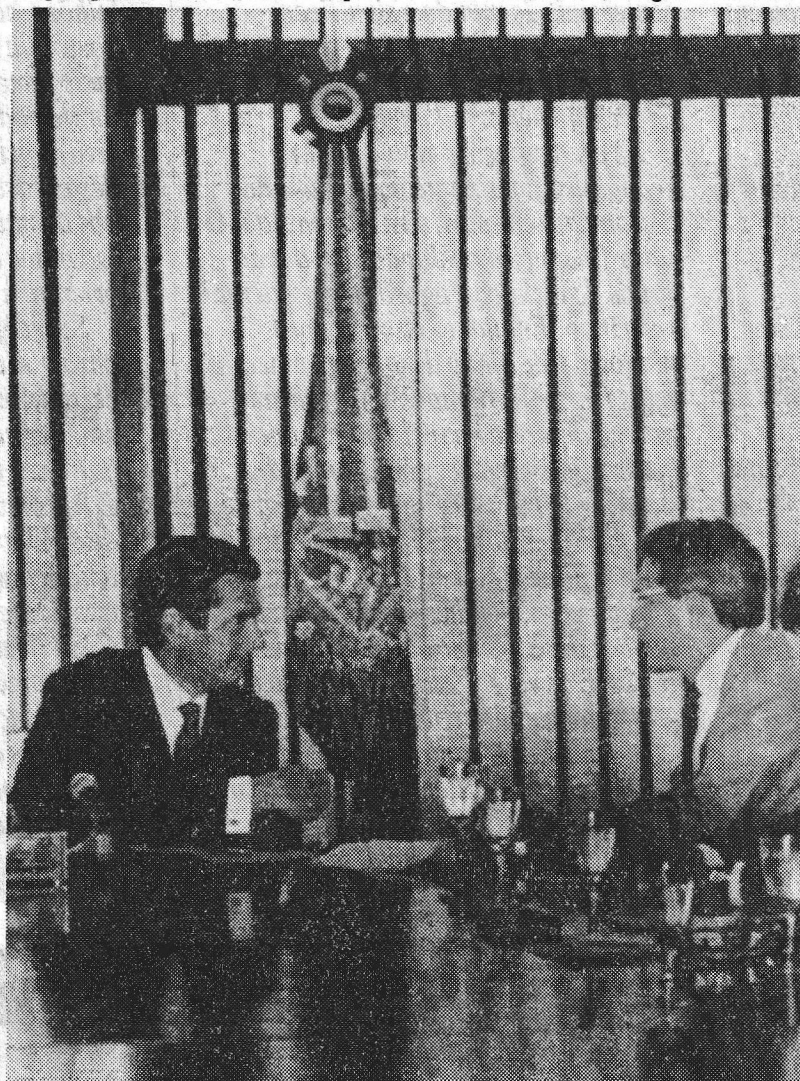
O incentivo aos investimentos privados, porém, poderá ser a grande vedete num período marcado por previsões sombrias de que-

da da produção e desemprego. Uma fonte muito bem situada no Ministério da Economia confirma que o governo prepara medidas de estímulo ao mercado de capitais, em especial às bolsas de valores. O mercado já captou esse clima favorável, com a alta verificada na Bolsa de São Paulo na semana passada. "O preço das ações no Brasil está muito baixo", diagnostica o as-

sessor da ministra Zélia. As medidas de estímulo deverão também facilitar a privatização de empresas estatais, segundo a fonte.

De acordo com um economista do Departamento do Tesouro, o estímulo aos investimentos fará parte do processo conhecido tecnicamente por "ajuste estrutural" das contas públicas. Explica-se: o bom resultado obtido pelo Tesouro em 1990 foi fruto de medidas conjunturais, que não se repetirão em outros exercícios. Para garantir um ajuste permanente será preciso adotar outras providências, como transferir aos Estados e prefeituras programas para os quais a União não tem mais recursos, especialmente nas áreas de saúde e educação. Vender estatais e renegociar dívidas passadas são outras medidas necessárias.

As dívidas das estatais com empreiteiras e bancos serão transformadas em títulos que poderão servir de moeda para a compra de empresas privatizadas. Parte dos cruzados novos retidos pelo Plano Collor poderá ser aplicada em fundos com a mesma finalidade e algo semelhante está em estudo para outros tipos de "moeda", como os títulos da dívida externa (DFAs). Esse processo criaria, nos investidores privados, expectativas favoráveis à volta dos investimentos produtivos, que ajudarão no combate à inflação pelo aumento da produção. O secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia, começa nesta semana a negociar com os credores o esquema de pagamento de dívidas de empresas estatais acertado na sexta-feira em reunião com o presidente Collor. O governo só vai pagar até 10% em dinheiro e o restante em títulos.



Protásio Nêne/AE

João Maia acertou com Collor o pagamento das dívidas das estatais